

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 3 | Ano 2024

EIXO TEMÁTICO: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO

Anívea Araujo Costa

*Instituto Federal de Brasília –
campus Brasília*
aniveaa@gmail.com

**Veruska Ribeiro
Machado**

*Instituto Federal de Brasília –
campus Brasília*
veruska.machado@ifb.edu.br

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA A INCLUSÃO, NA PERSPECTIVA DE GÊNERO, NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

*Institutional policies for inclusion, from a
gender perspective, at the Federal Institute of
Brasília*

Resumo: Este artigo apresenta uma investigação de natureza exploratória que se propõe a refletir sobre a inclusão na perspectiva de gênero, objetivando saber como uma instituição federal de ensino, o Instituto Federal de Brasília (IFB), posiciona-se em relação às questões de gênero, além de identificar quais instrumentos legais a referida instituição dispõe para assegurar um ambiente inclusivo para todas as pessoas, independentemente do gênero, da identidade de gênero e da orientação sexual. Para parâmetros este estudo, foram feitas entrevistas com gestoras da instituição, a saber: pró-reitora de ensino, pró-reitora de pesquisa e inovação e a pró-reitora de extensão e cultura do IFB. Este estudo exploratório recorre a reflexões de autores como Lins, Machado e Escoura (2016), Joan Scott (1995), entre outros autores e autoras acerca de questões relacionadas à desigualdade de gênero, historicamente sofridas pelas mulheres. Foram considerados também os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030, que objetiva o empoderamento de todas as meninas e mulheres. A investigação permitiu reconhecer o percurso para a institucionalização dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) e de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), evidenciando a importância de uma política que oriente para a equidade de gênero na instituição de educação profissional.

Palavras-chave: Gênero, Inclusão, Políticas Institucionais, Educação Profissional.

Abstract: *This article presents an investigation of an exploratory nature that aims to reflect on inclusion from a gender perspective, aiming to find out how a federal educational institution, the Instituto Federal de Brasília (IFB), positions itself in relation to gender issues, in addition to to identify which legal instruments the aforementioned institution has to ensure an inclusive environment for all people, regardless of gender, gender identity and sexual orientation. To support this study, interviews were carried out with managers of the institution, namely: dean of teaching, dean of research and innovation and the dean of extension and culture at IFB. This exploratory study uses reflections from authors such as Lins, Machado and Escoura (2016), Joan Scott (1995), among other authors on issues related to gender inequality, historically suffered by women. The sustainable development goals (SDGs) of the 2030 Agenda were also considered, which aims to empower all girls and women. The investigation allowed us to recognize the path towards the institutionalization of the Gender and Sexual Diversity Centers (NUGEDIS) and Afro-Brazilian and Indigenous Studies (NEABI), highlighting the importance of a policy that guides gender equity in the professional education institution.*

Keywords: *Gender, Inclusion, Institutional Policies, Professional Education.*

1. Introdução

A desigualdade de gênero é intrincada na história das mulheres. O corpo da mulher é também o corpo que compõe o tecido social da humanidade. Assim como o homem, a mulher também trabalha e contribui com a economia, contribui com a evolução e sustentabilidade da espécie humana, logo é necessário que tanto o homem como a mulher tenham igualmente acesso a todo aparato social, político, econômico, cultural e de ensino que contribua com seu desenvolvimento humano de forma integral. Neste trabalho, o foco recai sobre a relevância de se propor uma educação profissional que seja capaz de contribuir para a equidade de gênero, um dos objetivos dos institutos federais. Nesse sentido, faz parte das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos Institutos Federais a busca da articulação entre trabalho e educação para uma formação humana integral ou omnilateral. Pensando na formação omnilateral do ser humano, este trabalho tem o objetivo de propor uma discussão sobre a inclusão na perspectiva de gênero, por entender que uma formação plena da/o estudante requer a propositura de pensar as desigualdades sociais e buscar ações e/ou políticas públicas para mitigá-las até que sejam corrigidas o mais urgente possível.

Assim, este estudo busca saber como o Instituto Federal de Brasília se posiciona em relação à discussão de gênero. Saber também que instrumento legal o IFB dispõe para assegurar que realmente aconteçam discussões que debatam sobre as desigualdades entre os gêneros no sentido de pensar ações ou políticas públicas que fortaleçam as proposições para a igualdade entre os gêneros. As reflexões encampadas neste estudo fundamentam-se na falas ¹coletadas em entrevistas com a pró-reitora de ensino, a pró-reitora de pesquisa e a pró-reitora de extensão do IFB e nas contribuições das autoras Lins, Machado e Escoura (2016), Scott (1995), entre outras autoras acerca das denúncias e exposição da desigualdade de gênero, historicamente sofridas pelas mulheres, e também pelos ²Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, que objetiva o empoderamento de todas meninas e mulheres.

Lins, Machado e Escoura (2016) abrem o diálogo fazendo uma rápida retomada da constituição do termo gênero, como ele foi associado à medicina e posteriormente associado à construção social e cultural. Posteriormente, apresentam-se os resultados das entrevistas feitas com as gestoras do IFB. Por fim, na análise dos resultados, é feita uma contextualização acerca da equidade de gênero dentro do IFB; são apresentadas as

¹Por se tratar de pesquisa envolvendo pessoas, o trabalho originário desse artigo foi submetida ao Conselho de Ética recebendo parecer nº 6.807.009 da Instituição Centro Universitário de Brasília (UNICEUB). “Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: Devido à natureza do estudo, considera-se a pesquisa com risco mínimo. E os benefícios acadêmicos são compartilhados com as participantes do estudo. Houve indicação correta das medidas protetivas para o risco apresentado. Orçamento: os gastos serão custeados pela pesquisadora. O cronograma apresentado condiz com as necessidades do CEP em sua avaliação ética. Instrumento de coleta de dados foi apresentado e está adequado em termos éticos.” (SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar, Setor Universitário, BRASÍLIA. E-mail: cep.uniceub@uniceub.br).

² Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas (ONU) estão contribuindo a fim de que possa-se atingir a Agenda 2030 no Brasil (Brasil, <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>).

políticas institucionais e estratégias para a promoção de equidade de gênero na instituição investigada, bem como os desafios para o cumprimento do compromisso político com a equidade de gênero.

2. Historicidade do conceito de gênero - da concepção biológica à concepção social

Os autores Lins, Machado e Escoura (2016), no livro *Diferentes, Não Desiguais - A questão de gênero na escola*, fazem uma provocação no capítulo 2 intitulado *Gênero em Movimento pelos direitos das mulheres*, ao questionarem: “Você já se perguntou em que momento a palavra ‘gênero’ passou a ser usada para se referir a questões ligadas às relações entre homens e mulheres?” (Lins, Machado e Escoura, 2016 p. 25). Na sequência os autores tecem seu percurso histórico, em relação ao que se pode chamar de “essência do termo gênero, como o conhecemos hoje”.

A historicidade da essência da palavra gênero ganha eco com Olympe de Gouges (1748 - 1793) e posteriormente com Mary Wollstonecraft (1759-1797), quando elas ganham visibilidade ao defender os direitos das mulheres. Na década de 1930, embora o conceito de gênero ainda fosse obscurecido, sua essência tornava-se evidente quando a antropóloga Margaret Mead faz um estudo em bases sociais, no qual envolve a comparação de criação de crianças em três sociedades diferentes na região da Nova Guiné e verifica que, em diferentes sociedades e culturas, há várias formas de conceber os papéis e o comportamento de homens e mulheres. Em 1950 o termo “gênero” passa a ser utilizado na medicina, psiquiatria e na psicologia como sinônimo de masculino e feminino, num viés biológico. Para os autores Lins, Machado e Escoura (2016) a noção de gênero problematizada pela biologia, ou seja, o corpo, a genitália, os hormônios, determinaria totalmente o comportamento dos indivíduos. Como ressalta Magali Engel (2001) em

Uma das imagens mais fortemente apropriadas, redefinidas e disseminadas pelo século XIX ocidental é aquela que estabelece uma associação profundamente íntima entre mulher e a natureza, opondo-a ao homem, identificado à cultura. Retomada por um “velho discurso” que tentava justificar as teorias e as práticas liberais - que, embora comprometidas com o princípio da igualdade, negavam às mulheres o acesso à cidadania, através da ênfase na diferença entre os sexos. (Engel, 2001, pg. 332).

Para Engel, essa é a imagem que seria revigorada a partir dos desdobramentos da medicina e da biologia que ratificaram cientificamente a dicotomia: homem - cérebro, inteligência, razão lúdica, capacidade de decisão versus mulheres - coração, sensibilidade, sentimentos (Engel, 2001). Essa imagem colocava a mulher num lugar de submissão ao homem, “o ser racional”. No entanto, o termo gênero na medicina se mostrava com uma

³ (Definições de [Oxford Languages](#))

1. aquilo que é o mais básico, o mais central, a mais importante característica de um ser ou de algo.
2. ideia central, argumento principal; espírito.

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

gama de complexidade para diversos estudos e logo o termo obteve outro espaço sob a égide social de discussão.

Paralelamente ao pensamento científico da medicina e contrariando a convenção biológica para o conceito de gênero, o termo gênero passou a ser acolhido nos movimentos sociais e feministas considerando-o nas relações sociais das tensões entre homens e mulheres. Na década de 1970, o ⁴feminismo pensava essa relação dentro da construção do tecido social. Com isso o termo gênero ganha substancialidade de cunho social. Mas somente na década de 1990 foi que o termo “gênero” foi popularizado. Daí intensificaram-se as discussões de gênero evidenciando as desigualdades sociais, políticas e de trabalho entre homens e mulheres em busca de proposições que realmente possam mitigar essas desigualdades até que haja entre ambos os direitos igualitários, postulados em um dos lemas histórico do feminismo “Homens, seus direitos e nada mais. Mulheres, seus direitos e nada menos” (Lins, Machado e Scoura, 2017, p. 27). De modo muito semelhante, Scott define gênero dentro de uma complexidade nas organizações das relações sociais. De acordo com ela, em sua definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos que estão interrelacionados, mas que devem ser analiticamente diferenciados, cujo núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições “(1) o gênero é elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Já Teresa Lauretis vai conceituar gênero como “conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais” por meio do desdobramento de “uma complexa tecnologia política” (Lauretis, 1994, s/pg). Nesse contexto, o gênero feminino na sociedade foi sendo socialmente construído por jogos de poder, constituindo lugar de submissão e esquecimento dos direitos das mulheres. Em contraste ao conceito de gênero pensado sob a égide biológica, muitos estudiosos no campo social se debruçaram a expressar o conceito de gênero. Embora exista um consenso entre os sociólogos, antropólogos e filósofos de que gênero é relativo à construção social do que seja homem e do que seja mulher, a complexidade dos corpos humanos leva a uma gama de interseccionalidades que impede a definição de gênero de modo a resolver todos os paradoxos que envolvem os corpos humanos.

Fazendo uma retomada do conceito de gênero pode-se concluir, diante do que foi postulado pelas autoras, que gênero é uma definição relativo à mulher e ao homem e que o gênero mulher socialmente foi construído sob a ótica do homem, sendo negada a ela o direito de ocupar espaços que os homens julgavam não ser o seu lugar. Somente a partir do surgimento dos movimentos feministas é que a concepção do espaço da mulher começou a ser discutida socialmente. Atualmente o espaço para o diálogo tem se alargado e tomado ainda mais densidade, em especial com discussões da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que, entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), joga luz à discussão de igualdade de gênero, através do ODS 5, que objetiva alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas mediante a outros 9 desdobramentos passando por temas como violência, discriminação, reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado, políticas de redução das

⁴ Feminismo é o movimento que pode ser definido como “a tomada de consciência das mulheres, como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto”. (Garcia, 2011, p.13).

desigualdades de gênero, entre outros. A discussão de gênero no espaço de diálogo da ONU serve para mostrar a amplitude e importância que o assunto exige, se se pretende uma sociedade justa e igual para todos. A discussão de gênero envolve uma pluralidade de pontos de vistas complexos, sendo necessário que todos discutam o tema a fim de buscar maior entendimento e posicionar-se na construção e/ou desconstrução de ideias possíveis de favorecer a vida social e particular de todos. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por exemplo, em 2023, trouxe como tema de redação “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil” (Brasil, INEP, 2023). Essa propositura discursiva certamente proporcionou reflexões em massa sobre um dos aspectos em que a mulher está submersa e invisibilizada.

Como podemos perceber, este é um tema sensível ao desenvolvimento social e econômico, impactando, de alguma forma, toda a cadeia de trabalho na sociedade. Diante da ainda urgência dessa discussão, é importante saber como o Instituto Federal de Brasília se posiciona em relação às questões de gênero. Para entender sobre esse posicionamento, seguiu-se o percurso metodológico descrito.

2.1. Percurso metodológico

Trata-se de um trabalho de natureza exploratória. Ocupa-se de buscar saber como o Instituto Federal se posiciona em relação à discussão de gênero, com foco na necessidade de institucionalizar núcleos de assessoramento de natureza propositiva e consultiva para discussão do tema sem deixar escapar as interseccionalidades que transversalizam a discussão de gênero. De acordo com as bases da EPT, no que tange à educação integral, humanizada e omnilateral, a discussão de gênero jamais deve ser abandonada, haja vista as desigualdades de gênero nos aspectos social, econômico, político, cultural e de ensino que ainda persistem. Para identificar as políticas institucionais do IFB com vistas à promoção da equidade de gênero, foram feitas entrevistas semiestruturadas com as gestoras responsáveis pelas áreas finalísticas da instituição: pró-reitoria de ensino, pró-reitoria de pesquisa e inovação e pró-reitoria de extensão e cultura. O objetivo dessas entrevistas foi coletar as políticas institucionais voltadas para a equidade de gênero a fim de identificar o posicionamento do IFB quanto ao tema.

A análise dessas entrevistas contou com os trabalhos já trilhados por Lins, Machado e Escoura (2016), Joan Scott (1995), além considerar os ODS da Agenda 2030, que objetivam o empoderamento de todas meninas e mulheres. Nesse sentido, essas análises estão alicerçadas em literaturas já existentes a respeito da discussão de gênero, de como esse termo foi sendo construído e quais as ideologias atribuídas a ele durante sua história até o presente momento. As entrevistas foram transcritas e seu conteúdo foi organizado em três grandes categorias: i) equidade de gênero dentro do IFB (contextualização); ii) políticas institucionais e estratégias para a promoção de equidade de gênero no IFB; iii) desafios para o cumprimento do compromisso político com a equidade de gênero.

2.2. Como o IFB se posiciona em relação às questões de gênero? Uma análise com base nas pró-reitorias finalísticas

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

A discussão de gênero há muito tempo é uma questão urgente por tratar da defesa dos direitos fundamentais de parte significativa da população mundial, que são as mulheres. Discutir o tema no âmbito da instituição de ensino é fundamental para suscitar engajamentos e visualização de ações e políticas públicas de promoção da igualdade de gênero com maior celeridade e consistência. Afinal, uma educação integral, omnilateral presente nas bases da Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais é sem dúvida voltada tanto para o homem quanto para a mulher. E lutar pela equalização dos direitos entre ambos é abrir possibilidades de formação de trabalhadores humanizados aos seus direitos e deveres e com condições reais de contribuir com o crescimento social, econômico, político e cultural em que todos usufruam igualmente dos construtos sociais existentes.

Nesse sentido, é necessário buscar entender como o Instituto Federal de Brasília se posiciona em relação às questões de gênero no ensino, na pesquisa e na extensão. A seguir, são apresentados excertos das entrevistas realizadas com as gestoras, com o objetivo de se reconhecerem as políticas institucionais voltadas para a equidade de gênero. Em entrevista, a pró-reitora de ensino manifesta-se acerca das relações de gênero. Para ela, assim como na maioria das esferas da sociedade, no Instituto Federal, a mulher desprende muito mais energia para se estabelecer e ser respeitada do que os homens. Ela diz também que “As relações de gênero são relações desiguais, assimétricas e mantém a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal”. Nesse sentido Oliveira (2006) afirma haver “o controle masculino do trabalho das mulheres; o acesso restrito das mulheres aos recursos econômicos e sociais e ao poder político, cujo resultado é uma distribuição muito desigual dos recursos entre os sexos; a violência masculina e o controle da sexualidade”. (Oliveira, 2006, p. 34).

A pró-reitora de ensino reconhece haver no interior do IFB a reprodução das relações desiguais entre os gêneros, mas também aponta o que tem sido feito institucionalmente com vistas à transformação da realidade: “Tendo conhecimento da necessidade de promover diálogos que possam propiciar mudanças sociais quanto a questões de gênero, o Instituto Federal tem lutado para reverter isso.” Nos dizeres da pró-reitora, atualmente os setores de ensino, pesquisa e extensão têm trabalhado conjuntamente para a institucionalização dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (Nugedis) e Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi). De acordo com ela esse tripé - ensino, extensão e pesquisa, voltado para discussão de gênero e as diversidades que compõem o corpo da sociedade social brasileira, tem sido pontos considerados relevantes para serem dialogados na atual 5Reitoria do IFB.

Esse posicionamento está sustentado na perspectiva de educação dos institutos federais, voltada ao “compromisso com a formação humana e integral e ao fortalecimento de um Estado democrático e soberano, voltado à garantia dos direitos fundamentais e de vida digna a todos.” (Pacheco e Fiorucci, 2023, p. 5). Afinal, “É finalidade da EPT a preparação para o exercício de profissões, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade.” (Brasil, 2008). É importante

⁵ Gestão do período de 2023 a 2027.

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

destacar que o termo “cidadão”, teoricamente, inclui também as mulheres. Não faz parte desse estudo, mas não podemos deixar de chamar a atenção para relevância da necessidade de equalizar os termos, as palavras utilizadas, principalmente, em documentos oficiais, para que estes saiam da conotação direcionada ao homem e, com isso, façam com que a mulher seja vista, dentro das proposituras documentais, como sujeito, e não no lugar que “sugere subalternidade” ao homem. Essa concepção de educação subjacente aos institutos federais reforça a necessidade da discussão de gênero dentro dessas instituições de ensino. Considerando, ademais, o posicionamento trazido pela pró-reitora de ensino, é preciso ir além de uma equidade defendida exclusivamente nos documentos, apontando para ações concretas que possam transformar as relações de gênero nas instituições de ensino.

Reconhecendo a necessidade de ações concretas, nas entrevistas, foi citada como importante política do IFB a institucionalização do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas. Fruto de um intenso diálogo entre as áreas de ensino, pesquisa e extensão foi elaborada a Resolução IFB nº 35/2023, que institucionaliza o Núcleo de Gênero e diversidade Sexual (NUGEDIS) e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias de Brasília - IFB. Conforme a Resolução, esses são núcleos de assessoramento, que estimulam e promovem ações de ensino, pesquisa e extensão no intuito de promover o respeito e a valorização de todas as pessoas.

De acordo com as gestoras entrevistadas, essa Resolução representa um grande avanço. Segundo elas, o próximo passo, será buscar recursos para formação dos servidores dos núcleos, além da aquisição de acervos bibliográficos que deem condições de acesso aos conhecimentos já produzidos na discussão de gênero. A pró-reitora de extensão relata em entrevista o quanto é necessária a discussão de gênero para que seus desdobramentos tirem a mulher dos lugares de subalternidade. A pró-reitora chama a atenção para discussão levantada pela professora Oyèrónkè Oyèwùmí, uma escritora nigeriana que tem como centro de sua discussão a construção da mulher sob o prisma ocidental, “o gênero tornou-se uma das categorias analíticas mais importantes na empreitada acadêmica de descrever o mundo” (Oyèwùmí, 2004, p. 1-8). “a autora traz a discussão de como isso está atrelado a uma construção ocidental capitalista que tem os seus desdobramentos a cada período numa manutenção desses corpos em lugares que vou chamar de subalternos. (Pró-reitora de extensão, 2024).

A fala da pró-reitora abre outros pontos importantes a serem considerados: primeiro que a discussão de gênero está interseccionada à discussão do recorte racial; segundo que, se se quer fazer uma discussão séria, é preciso ancorar as discussões da vasta literatura existente sobre o tema às postulações discutidas hoje. Para a pró-reitora de extensão, “o IFB vem numa construção muito importante sobre as questões de gênero e recorte racial”, ela considera a interseccionalidade entre as categorias gênero e raça. “Não se pode discutir uma categoria sem a dependência da outra”. Ela relata ainda que esse tema já fazia parte da preocupação de diversos Câmpus do Instituto Federal e também de alguns docentes e gestores. Essa preocupação pode ser observada, dentro do IFB, diante da existência de Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (Nugedis) e Núcleo

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) em alguns campus e conseqüentemente nas diversas ações envolvendo discussões e ensino ministrados em vários campus do instituto a respeito do tema, no entanto, até então, percebia-se a falta de um mecanismo institucionalizado que pudesse sustentar as ações provenientes dessas preocupações e estender essas discussões a todos os campus.

Para a pró-reitora de pesquisa, é urgente que, além da discussão de gênero, sejam criados mecanismos de empoderamento das meninas e mulheres na produção de pesquisas, em especial em espaços que historicamente têm sido negados a elas, como engenharia e tecnologias digitais, por exemplo. A pró-reitora aponta que um dos grandes desafios para a mulher estar em menor número na produção científica, em áreas como as já citadas, é o fato de a sociedade ter atribuído à mulher um trabalho de cuidado. “Isso compromete, historicamente, a produtividade acadêmica da mulher, ou até mesmo forçando-a a abandonar a academia em decorrência da maternidade, dos cuidados da casa, de parentes, entre outros “cuidados” socialmente atribuídos a ela.” (Pró-reitora de pesquisa, 2024). O distanciamento da mulher em algumas áreas profissionais, levantadas na matéria de Luciane Carneiro e Alessandra Saraiva, veiculada no jornal Valor Econômico, em 2021, baseada no último Censo do IBGE 2010, reverbera os apontamentos da pró-reitora de pesquisa, e atesta que, de acordo com o Censo, o nível de instrução das mulheres está mais elevado que o dos homens, e que já em 2000 as mulheres já eram maioria no ensino superior. Nesse ponto que a pró-reitora questiona: “Se as mulheres estudam mais que os homens, se são maioria nos cursos superiores, porque elas são minoria nas Gerências de Departamento de Pesquisa?”. Matéria veiculada no Valor (2021) aponta que, mesmo a mulher sendo maioria dos concluintes dos cursos de nível superior, não é o suficiente para mudar a realidade do perfil das profissões escolhidas, reforçando a existência de barreiras em determinadas áreas de conhecimento, como, por exemplo, cursos de computação e engenharia. (Carneiro e Saraiva - Valor Econômico - 2021).

A análise das entrevistas permitiu, portanto, destacar os seguintes pontos: i) as desigualdades de gênero ainda se manifestam e se reproduzem no contexto pesquisado; ii) apesar de haver do ponto de vista político o compromisso com a equidade de gênero, os institutos federais ainda enfrentam desafios no que se refere a ações concretas para transformar as instituições no que se refere à inclusão na perspectiva de gênero; iii) o IFB, tem o compromisso político com a equidade de gênero e busca ações concretas para transformação da realidade a partir de ações integradas envolvendo ensino, pesquisa, extensão, inovação e cultura; iv) a institucionalização dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas demonstra um comprometimento do IFB com a inclusão na perspectiva de gênero e raça; v) as políticas institucionais de equidade de gênero precisam levar em conta a perspectiva interseccional envolvendo gênero e raça e precisam atuar na construção de espaços que fortaleçam as mulheres em todas as áreas profissionais.

3. Considerações finais

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

Este artigo de natureza exploratória buscou refletir sobre a discussão de gênero objetivando saber como o IFB se posiciona em relação à discussão de gênero. As configurações sociais da construção de homem e mulher é uma discussão que vem ganhando fôlego devido às desigualdades de gênero. As reflexões encampadas neste estudo fundamentaram-se nos relatos coletados em entrevistas com a pró-reitora de ensino, pró-reitora de pesquisa e a pró-reitora de extensão do IFB e nas contribuições das autoras Lins, Machado e Escoura (2016), Joan Scott (1995), entre outras autoras que denunciam e expõem a desigualdade de gênero, historicamente sofridas pelas mulheres. Diante das reflexões levantadas por este artigo, a respeito da historicidade e do conceito de gênero, foi possível pensar a construção ideológica desse termo sob a ótica feminista, que o resgata da biologia, reconfigura seu sentido e o coloca no lugar de pensar relações sociais que envolvem homem e mulher. E nesse sentido chega-se à conclusão da complexidade paradoxal do termo em decorrência das interseccionalidades que envolvem os corpos humanos e as relações sociais. Essas discussões são fundamentais para se pensar as várias configurações sociais em que estão inseridos os corpos humanos e como são identificados e autoidentificados, para a partir desse lugar pensar políticas públicas que visem à igualdade de gênero.

Dessa forma, este artigo mostra que é fundamental levar essas discussões para dentro das instituições de ensino. Diante das declarações das gestoras do IFB, ficou claro que a institucionalização do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas é de suma importância em razão das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais, sustentada na formação humana integral ou omnilateral. Logo, para que a educação ministrada no IFB cumpra o propósito de suas bases conceituais, é fundamental que o compromisso político com a equidade de gênero se reflita em ações concretas para transformação da realidade a partir de ações integradas envolvendo ensino, pesquisa, extensão, inovação e cultura, objetivando a formação integral. Essas ações precisam levar em conta a perspectiva interseccional envolvendo gênero e raça e devem atuar na construção de espaços que fortaleçam as mulheres em todas as áreas profissionais.

4. Referências

BRASIL, Inep. **Avaliação de Exames Educacionais**. disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>> Acesso em 02 de fevereiro de 2024.

BRASIL, Instituto Federal de Brasília – Ministério da Educação. 2008. Disponível em: <<https://www.ifb.edu.br/reitori/137-institucional/33197-perguntas-frequentes>> Acesso em 10 de março, 2024.

BRASIL, Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>> Acesso: 10/05/2024.

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

CEPAL. (2019). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe: Progressos e Desafios**. Disponível em: <Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na América>. Acesso em 03/04/2024.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Ed. Contexto, 2001.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo, Ed. Reviravolta, 2016.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo** - São Paulo, ed. Claridade, 2011.

LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento de Reforma Agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais**. 2006. 145 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2006.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. Tradução para uso didático de: OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the Challenge of African Epistemologies*. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

OXFORD LANGUAGES AND GOOGLE. **Portuguese languages.oup.com** Google's Portuguese dictionary is provided by Oxford Languages. Oxford Languages is the world. Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=significado+de+essencia&rlz=1C1GCEU_pt-BRBR1107BR1108&oq=signifi&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUqCAGAEUYJxg> Acesso em: 10/05/2024.

PACHECO, Eliezer. e FIORUCCI, Rodolfo. **15 Anos dos Institutos Federais**. Foz do Iguaçu PR, Ed. Parque Itaipu. 2023.

PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila Linhares (organizadoras) **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB) **Resolução 35/2023 CS/RIFB/IF BRASÍLIA**, 2023. Disponível em: <<https://www.ifb.edu.br/institucional/33357>> Acesso em: 18/05/2024.

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

SCOTT, Joan W. “**Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.**” Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1995.

Valor Econômico - IBGE. **Mulheres têm mais acesso ao ensino superior, mas ainda são minorias em áreas como engenharia e TI.** disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/04/ibge-mulheres-tem-mais-acesso-ao-ensino-superior-mas-ainda-sao-minoria-em-areas-como-engenharia-e-ti.html>> Acesso em: 10/05/2024.

Anívea Araujo Costa

Professora efetiva da Rede Estadual de Educação de Goiás. Graduação em Letras - Port./Ing. – UEG (2005); Especialista em Educação Profissional e Tecnológica – IFG (2019); Especialista História, Narrativas e Identidades – UEG (2022). Atualmente, Mestranda do programa Mestrado do ProfEPT do IFB, campus Brasília.

Veruska Ribeiro Machado

Graduação em Letras - UnB (1997). Especialista em língua portuguesa - (2002); Educação para a Diversidade e a Cidadania (2014) e em Gestão de Políticas Públicas de Raça e Gênero (2016) pela UniCEUB. Mestre (2005) e doutora em Educação pela UnB (2010). Docente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, atuando na linha Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica. Atualmente, é Reitora do Instituto Federal de Brasília.